# A IDÉIA DE UNIVERSIDADE NA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968*

Manuel Dias da Fraga**
Lúcia Maria França Siano***

*1. Introdução: situação histórica, política e sócio-cultural;*
*2. A idéia de universidade na reforma de 1968;*
*3. Comentários finais.*

Situação histórica, política e sócio-cultural da Reforma Universitária de 1968. A idéia de Universidade que presidiu as atividades do Grupo de Trabalho (GT). Análise crítico-avaliativa da Reforma do Ensino Superior (Lei nº 5.540, de 28.11.1968), conhecida como *Reforma Universitária.*

*Palavras-chave:*
Política de Ensino Superior; Reforma Universitária de 1968; idéia de universidade; política universitária.

## 1. *Introdução: situação histórica, política e sócio-cultural*

Partindo do pressuposto de que a instituição universitária está inserida num determinado contexto social, econômico, político e cultural, e tendo presente que cada evento histórico só pode ser compreendido e entendido no conjunto de suas relações com o todo, procurar-se-á entender a Reforma Universitária de 1968 como um "acontecimento relacionado com o processo histórico e com o tipo de instituição à qual se acha vinculada".[1]

* Artigo elaborado com base no capítulo 3 da tese de doutoramento em Educação Brasileira, do Prof. Fraga, sob o título *Política Universitária:* por uma política específica para as universidades federais brasileiras. Análise da demanda institucional. Este artigo, em sua fase inicial, constitui-se em trabalho acadêmico, apresentado no Curso de Especialização sobre "A idéia de universidade e suas objetivações históricas", ministrado pelo Dr. Newton L. B. Sucupira, professor emérito na UFRJ, no Doutorado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação — FE/UFRJ, no segundo semestre de 1988.

** Professor assistente IV no Departamento de Educação (DPE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), MG. (Endereço: Rua Paulo VI, 500/504 — 22230 — Rio de Janeiro, RJ.)
*** Professora assistente no Departamento de Administração da Faculdade de Educação da UFRJ e na Faculdade de Educação da Uerj. (Endereço: Rua Rodrigo Otávio, 177/201 — 22450 — Rio de Janeiro, RJ.)

1 Kosik, Karel. *Dialética do concreto.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 40.

As análises históricas do processo de formação brasileira indicam que as relações de dependência nunca foram só econômicas. Elas ocorreram, simultaneamente, nos campos social, político e cultural. No domínio cultural, "O Padrão Brasileiro de Ensino Superior era estrutural e dinamicamente vinculado à organização econômica, social e política de uma sociedade dependente, e concorria para estabelecer e para expandir os nexos da dependência a nível da educação e da cultura." [2]

O Padrão Brasileiro de Ensino Superior,[3] nascido das faculdades e escolas superiores isoladas que foram reduzidas às proporções da situação histórico-social brasileira para atender aos segmentos da sociedade, constituiu-se herança de modelos institucionais transplantados, privados de sua eficácia máxima, para atender aos interesses da coroa, e de um arcabouço educacional envelhecido em face do liberalismo esclarecido e do cientificismo nascente, implantado por Pombal. Matou-se, assim, no nascedouro, o processo permanente de autonomização cultural e reforçou-se o dogmatismo jesuítico, formador de uma cultura dependente. As funções originais das instituições transplantadas foram deterioradas: passou-se a um mínimo de informações técnico-profissionais, capaz de habilitar os egressos a preencher cargos da burocracia e ocupar posições do poder político mediante a credencial do diploma. *"O diploma e grau de Doutor atuaram como fatores dinâmicos de inércia cultural"*, [4] numa sociedade segmentada, onde o *status* não correspondia ao grau, adquirido em uma quase escola média melhorada.

Esse padrão cultural definido e de alto poder coercitivo era sustentado por um ensino magistral, livresco e dogmático que atendia às exigências da "sociedade" e às realizações pessoais dos estamentos burocrático, militar, aristocrático, clerical e da realeza. A função da "escola-superior" era produzir profissionais liberais ao nível do saber da época, relacionando a qualificação técnica com a ação social, interagindo socialmente através dos interesses das elites e convertendo esses profissionais liberais em caudatários de papéis intelectuais de dominação. Compreendida nesses termos, a política educacional no Brasil foi restritiva e imediatista, levando as "faculdades" e "escolas superiores isoladas" a uma senilidade institucional precoce, sociologicamente, uma vez que se fechavam em si, alimentando uma dominação elitista e um poder de *status* que fluía da sociedade para a "escola" e da "escola" para a sociedade, através dos profissionais liberais como professores, e dos feudos da cátedra para os cargos do poder político, fomentando o surgimento de um "corporativismo" baseado nas benesses, privilégios e "sinecuras acadêmicas" [5] possibilitadas no ensino superior brasileiro.

[2] Fernandes, Florestan. *Universidade brasileira:* reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. p. 80.

[3] Padrão Brasileiro de Ensino Superior — categoria analítica de Florestan Fernandes para designar a "escola superior-problema" e a "escola superior de má qualidade" do sistema de ensino superior brasileiro. "O Padrão Brasileiro de Ensino Superior", predominante e de uso generalizado no Brasil, caracterizava-se por fornecer uma formação superior pouco mais do que secundária, passando ao alunado um mínimo de informações técnico-profissionais e um credenciamento (diploma) de nível superior.

[4] Fernandes, Florestan. op. cit. p. 99.

[5] Coelho, Edmundo Campos. *A sinecura acadêmica:* a ética universitária em questão. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1988.

O Padrão Brasileiro de Ensino Superior gerou um modelo de escola superior especializada, autárquica, auto-suficiente e isolada, alheia aos processos de consciência social e de mudança sócio-cultural. O ensino superior brasileiro, como todos, no mundo, sempre foi um ensino de elite para a elite. Esse caráter, no Brasil, tornou-se ultra-elitista e engendrou, de um lado, uma "escola-superior-problema" [6] e, de outro, um ensino superior confinado à função exclusiva de preparar profissionais liberais. Em virtude da predominância dos interesses econômicos, sociais e políticos das elites, a ordem legal e a ação conservadora (de privilégios) nunca sonharam com uma autonomia cultural, numa soberania política autêntica ou num padrão de desenvolvimento econômico-social auto-sustentado. O caráter de dependência permeou, continuadamente, sempre o nexo das relações internas e externas que uniam o País ao sistema capitalista internacional.

Nessa situação histórico-sócio-cultural, a idéia de universidade no Brasil nem sequer alcançou o padrão metropolitano de universidade do colonizador. As várias tentativas para a criação da universidade no Brasil — "aproximadamente trinta" — [7] afiguram-se sonhos prematuros (Jesuítas, 1553; Franciscanos, 1776; Inconfidência Mineira, 1789) ou projetos inviáveis (Bahia, 1808; Rio de Janeiro, 1816, 1818, 1823, 1825 e 1826; São Paulo, 1827, etc.).

Na Primeira República (República Velha, de 1889 a 1930), embora se tenha passado *"de 14 estabelecimentos de ensino superior para 78, não se alterou a organização, o funcionamento e as funções das 'escolas superiores' e das 'faculdades' existentes"*.[8] Continuou-se o processo de uma sociopatia institucional que transformava a "má escola" e "escola-superior-problema" em uma normalidade do anormal; as escolas superiores continuaram especializadas, autárquicas, auto-suficientes e isoladas, ministrando um ensino magistral, livresco e dogmático, herdado de um Portugal mediterrâneo medieval e cientificamente defasado, para um mundo novo do Renascimento e da Reforma, na Europa quinhentista.

Além disso, no Brasil, o pensamento positivista — *crença ilimitada no progresso, utopia num amor universal, defesa intransigente da ordem, disciplina rígida do espírito, liberdade desmedida do livre pensamento, reafirmação da autoridade da tradição, autonomia ilimitada da ciência, segurança absoluta na certeza experimental, liberdade de ensino, reforço à autonomia e organização das escolas superiores isoladas, etc.* — sentiu-se fortalecido pelo sedimentado e colonizador pensamento conservador que, reacionário e corporativista, encontrava-se cristalizado nos grupos de profissionais liberais (médicos, engenheiros e advogados) — que não eram professores por profissão mas se sentiam ameaçados pelo "pensamento universitário" que avançava, apesar da falta de empenho do Estado Republicano. Deve-se, outrossim, registrar que o positivismo ortodoxo — misto de religião laica

[6] Escola Superior-Problema — instituição do ensino superior que adota o "Padrão Brasileiro de Ensino Superior".

[7] Souza Campos, Ernesto de. *Educação superior*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940. p. 215-94.

[8] Fernandes, Florestan. op. cit. p. 50.

e de cientificismo dogmático e doutrinário — era contrário à idéia de universidade, conforme se pode verificar nas obras de Teixeira Mendes.[9]

Tal tipo de contexto sócio-cultural e político retardou o nascimento da universidade no Brasil, o que só ocorreu, oficialmente, através do Decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920, quando foi formalmente criada a Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente Universidade do Brasil e, atualmente, Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

Nessa década de 20, "o problema universitário brasileiro" e a idéia de universidade foram levantados pela Associação Brasileira de Educação — ABE — que sentiu a ausência de definição do poder público em matéria e tema tão relevantes.

Apesar dos esforços da ABE e do Jornal *O Estado de S. Paulo*, pode-se afirmar que até 1930 a escola superior se adaptava plasticamente às condições do ambiente intelectual, mais ou menos tosco e provinciano, que privilegiava o saber letrado e, em particular, o ensino técnico-profissional liberal. A escola superior transmitia o saber e os valores instituídos e impostos pelas elites dominantes e perpetuava as estruturas precocemente senis através de uma formação técnica e científica "plástica" que sempre serviu ao pensamento político-liberal-conservador.

O surgimento da *Universidade Conglomerada* em 1931 — associação/aglomeração de estabelecimentos isolados de ensino superior — ocorre num contexto histórico, social e político como proposta formal de organização para atender, conservadoramente, às exigências do processo histórico.

As análises da situação histórica, social, política e cultural apontam que, nos últimos anos da República Velha, vinham ocorrendo crises de poder na sociedade brasileira: a hegemonia econômica estava passando da velha oligarquia agroexportadora para os setores urbano e industrial, que se apresentavam como uma plutocracia nascente, disposta a assumir e transformar o Estado em "propriedade" particular.

Era o deslocamento modernizante do poder que ocorria nos países dependentes e periféricos e se operava internamente para atender aos reclamos da nova ordem competitiva do capitalismo internacional. Como se sabe, as nações capitalistas dependentes exercem, por natureza, funções específicas no sistema capitalista internacional; porém, não alteram internamente sua estrutura fundiária e de propriedade, nem a distribuição de renda, de *status* ou de prestígio social. Essas mudanças poderiam afetar a estrutura do poder dominante delegado, associado aos interesses internos e externos. Daí por que a questão universitária se apresenta sempre dentro de uma ordem social determinada. Não há, pois, como compreendê-la como uma ação inovadora, autônoma e radical do poder, desvinculada de um contexto mais globalizado.

A *Universidade Conglomerada* substituiu e continuou a "escola de ensino superior" na nova sociedade urbana e urbano-industrial, que se adaptou estrutural e historicamente a uma situação de dependência que lhe era imposta de fora para dentro. "*A Universidade, como* locus *institucional, é mais o palco do que o drama*",[10]

[9] Teixeira Mendes, R. *A Universidade*. 2. ed. Rio de Janeiro, Publicação do Apostolado Positivista do Brasil. Artigos Publicados na *Gazeta de Notícias* no ano 94 do Calendário Positivista. Ano Civil de 1882.

[10] Fernandes, Florestan. op. cit. p. 147.

porque as relações de dependência entre os centros externos de produção não se anulam pelo simples fato de se instituir no país a *Universidade Conglomerada* com Estatuto de Universidade Brasileira.[11] Isto é muito mais complexo: é preciso superar o estado de dependência através de decisões políticas que impliquem autonomia relativa de uma cultura e independência científica e tecnológica, eliminando os nexos entre os centros externos de produção do saber e as elites culturais e dominantes do país. Diz Florestan Fernandes: *"no mundo moderno é impossível dissociar qualquer autonomia econômica relativa, da autonomia sócio-cultural e da autonomia política."*[12]

Essas considerações mais gerais servem para demonstrar que a passagem de escola/faculdade de ensino superior para *Universidade Conglomerada* não alterou o padrão brasileiro de ensino superior, antes se constituiu em uma adaptação estrutural de organização do ensino à nova ordem social competitiva e à nova sociedade urbano-industrial.

O crescimento do ensino superior, de 1930 a 1965, só fez reforçar e expandir o tipo de escola superior herdado do passado. Mesmo depois que a idéia de universidade passou a ter urgência prática, o padrão brasileiro de ensino superior continuou deformando e se impondo como modelo institucional. Vale lembrar três tentativas de instalação de universidade que não se impuseram como modelo, apesar de suas belíssimas experiências: a Universidade de São Paulo — USP, a Universidade do Distrito Federal — UDF e a Universidade de Brasília — UnB. Apesar dessas experiências, o padrão brasileiro de ensino superior não se alterou porque às elites dominantes, intra e extramuros universitários, não interessava acabar com privilégios e benesses historicamente sedimentados quer nas "escolas superiores" e na *Universidade Conglomerada*, quer no *status* e nos privilégios sociais e de poder. As reações dos catedráticos (que nunca foram "professores universitários") quanto à extinção da cátedra e dos "feudos" nas instituições de ensino superior tornaram-se tão fortes que, historicamente, inviabilizaram qualquer inovação estrutural da *Universidade Conglomerada e do Padrão Brasileiro de Ensino Superior.*

*De 1930 a 1960 foram criados mais de 338 estabelecimentos de ensino superior, dos quais 178 passaram a funcionar durante a década de 50.*[13] Essa expansão pode ser explicada pela demanda crescente, proveniente da classe média em ascensão, comprimida na base pela entrada, em cena, da classe dos "despossuídos", desde 1930; ou pode ser esclarecida pelo momento histórico do movimento democrático que se seguiu à II Guerra Mundial, no plano interno. No panorama externo, o capitalismo monopolista de pós-guerra exigia a internacionalização dos mercados, obrigando as economias periféricas a entrar num processo desenvolvimentista que atendesse aos interesses das potências cêntricas e hegemônicas. O desenvolvimento, mesmo com nexos e interesses externos a comandá-lo, imprimiu ao país um ritmo de crescimento em todos os setores, máxime no campo educacional, onde se notava

[11] Decreto-lei n. 19.851, de 11 de abril de 1931.

[12] Fernandes, Florestan. op.cit.. p. 86.

[13] MEC/Sesu — Capes, Brasília, 1960.

a ausência de uma política científica e tecnológica necessária ao processo histórico em curso.

No Governo JK, a política desenvolvimentista definiu-se com a implantação do desenvolvimento industrial capitalista, associada ao capitalismo monopolista internacional, com abertura ampla da economia brasileira aos capitais externos. Os grandes grupos empresariais brasileiros passaram a se associar ao capital privado multinacional e o Estado sofreu amplo processo de reformulação estrutural, preparando-se para atuar no desenvolvimento econômico, ora participando da industrialização no setor de infra-estrutura, ora incentivando, através de subsídios e isenções fiscais, os setores privado e multinacional, que se associaram em empreendimentos de grande porte. O tripé do desenvolvimento periférico dependente montou-se assim: *Estado + Capital Nacional + Capital Multinacional.*

O Estado, objetivando o domínio das ações políticas, modernizou-se, expandiu-se e organizou-se em termos de tecnoburocracia administrativa pública, com vistas a controlar conflitos de ordem política, social e econômica.

Esse surto desenvolvimentista — "50 anos em 5" — provocou abalos e reações na estrutura conservadora das elites dominantes, assustadas com a avalanche e ascensão da classe média e dos "despossuídos", associados ao processo de desenvolvimento. As classes dominantes tentaram responder aos conflitos reforçando as contradições, acordando o povo para uma nova "Alvorada". Os mais esclarecidos conservadores tornaram-se liberais em política e "liberistas" no aspecto econômico. Pregavam os direitos de cidadania, mas ocultavam os problemas fundamentais da distribuição de renda, da propriedade, da estrutura fundiária, do Estado e do poder. E *"as relações de classe por ele (liberalismo) estabelecidas impossibilitaram ao poder distributivo manter um ritmo paralelo ao poder produtivo; as forças de produção estavam em contradição com as relações de produção."*[14]

Esta contradição — ideais de liberdade e subterfúgios na concretização dos direitos políticos e sócio-econômicos — criou uma diacronia sócio-econômica: o apego das elites à máquina administrativa do Estado como sua "propriedade" histórica e as reações descabidas e retrógradas do governo e das elites dirigentes contra o movimento popular pelas "reformas de base", como forma de construir um "novo Brasil", independente, autônomo, desenvolvido, justo, participativo, democrático e dono de seu destino e de seu projeto de Nação. O liberalismo apregoado — de boas e belas intenções — era agora visto como engodo pelos movimentos populares.

Esses movimentos populares pelas "reformas de base" possuíam germes originais de um populismo paternalista e de um trabalhismo sindical agregado aos interesses do Estado. Foi fácil às forças políticas mais radicais transformá-los em "movimento populista" para assumir o poder e instalar uma república popular ou algo parecido. O que era bom transformou-se numa aventura política e num jogo de interesses de grupos que apoiavam as "reformas de base", mas queriam instalar um Governo Popular; almejavam reformas estruturais e soluções definitivas para os problemas fundamentais da Nação, mas gritavam e agiam para implantar uma "República

[14] Laski, Harold. *O liberalismo europeu*. São Paulo, Edifel, 1973. p. 177.

Popular Sindicalista". Isso provocou o Estado e abalou a autoridade, mas, principalmente, *assustou a classe dominante conservadora*, "proprietária" da máquina administrativa e política do Estado. Criou-se o pânico. A contra-ação reacionária dos conservadores veio desmedida e aterradora: instalou-se a ditadura. As classes dominantes não souberam jogar o jogo democrático. E os "despossuídos" e "excluídos" do processo histórico não souberam comportar-se politicamente, imaturos que eram para escrever a sua própria história. Assim, perdeu-se a maior chance política e social de se construir o verdadeiro projeto de Nação.

O período do "desenvolvimentismo" da era JK e o da atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB, do cunho eminentemente nacionalista, foram, apenas, fases preparatórias da "conscientização popular". O acordar de um povo para temas políticos como as "reformas de base" é algo nacionalista, que exige um desempenho eficaz e um comprometimento do papel da classe média. Os "despossuídos" e os "excluídos" por si *sós* foram incapazes de tal movimento social. A elite dominante, no conflito de interesses e jogo de forças sociais da época, fez eclodir o golpe de 1964, no qual prevaleceu o grupo hegemônico mais reacionário e comprometido. Como bem focaliza Laski, "*os liberais sempre partiam do princípio de que um ataque aos privilégios em que viviam era sinônimo de um ataque às bases da civilização*".[15] Converteram-se numa idéia armada, defendendo um conceito tradicional de sociedade, em suma, defendendo um Estado liberal, essência e motivo do lucro, libertando os proprietários dos meios de produção da necessidade/obrigação de obedecer a leis que inibissem a plena exploração ou impusessem condutas de justiça e igualdade do nível do bem-estar social.

## 2. *A idéia de universidade na Reforma de 1968*

O "golpe de 1964" (ditadura) constituiu-se na revolução burguesa. Foi um conúbio empresarial, tecnocrático e militar contra um movimento popular pelas 'reformas de base'. Essa reação desmedida e conservadora das elites dirigentes contra os "despossuídos" de terra, renda, *status* e prestígio social foi aterradora para um povo que começava a se conscientizar e tomar o destino em suas próprias mãos.

A idéia de uma universidade comprometida, compromissada, política, livre, independente, planejada, eficaz, eficiente, racional, crítica e democrática fazia parte do projeto de autonomização desse movimento do povo pela sua independência política, social, econômica e cultural. Correspondia aos reclamos de uma juventude impulsiva e aos anseios mais nobres da elite intelectual do Brasil. Era genericamente chamada de "Reforma Universitária". E havia sido gestada como proposta nos longos anos de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Era um projeto ambicioso e prematuro de libertação dos laços de dependência cultural para a situação histórico-social e política da nação. Pensava-se, precocemente, numa universidade integrada, multifuncional, audaciosa, agressiva, balanceada quanto à graduação e à pós-graduação, engajada e dirigida para a autonomização da ciência, da tecnologia e da produção de conhecimentos.

[15] Id. ibid. p. 177.

"*Uma Universidade que deveria servir como verdadeiro fulcro de participação social consciente e responsável*",[16] para construção de um novo Brasil. Enfim, uma universidade nova, uma universidade brasileira.

Essa idéia de universidade contrariava a tradicional *Escola de Ensino Superior* e a *Universidade Conglomerada*, ou seja, o "Padrão Brasileiro de Ensino Superior" enraizado em privilégios, *status* e "feudos" internos e externos à Universidade, na qual havia muitos docentes com fraca formação científica, os quais não eram possuídos de espírito "universitário".

Mas a "Reforma Universitária ou a Reforma de Base da Universidade", como movimento de professores, alunos e intelectualidade esclarecida, não podia ser ignorada, mesmo por um golpe militar sem compromissos com a sociedade dos "despossuídos" e dos "excluídos" do processo histórico brasileiro. Era, pois, necessário adaptar o sistema de ensino superior às exigências da situação histórico-social brasileira.

A opção governamental por um tipo de política econômica de crescimento quantitativo criava o clima social para a implantação de uma universidade para o desenvolvimento. Mas uma universidade apta para o desenvolvimento não foi nem poderia ser a universidade herdada dos modelos institucionais passados, *Escola de Ensino Superior* e *Universidade Conglomerada*. Tinha que ser uma universidade racional, comprometida com o projeto econômico e político do governo.

A bem da verdade, com a Reforma Universitária — ainda que atendendo aos interesses, às conveniências e aos valores da situação liberal-conservadora e reacionária de então — desencadeou-se, no Governo Castelo Branco, ao tempo em que o Dr. Raymundo Moniz de Aragão era o Ministro da Educação e o Dr. Newton Sucupira era Conselheiro do Conselho Federal de Educação, uma transformação, através dos Decretos-Leis nºs 53 (de 18 de novembro de 1966) e 252 (de 28 de novembro de 1967), que imprimiu uma nova organização ao ensino superior, criando novas unidades integradoras (departamentos e institutos), maior flexibilidade e racionalidade no funcionamento da universidade e impondo um novo patamar de avaliação e realização de professores, alunos e funcionários. Essa ação decisiva do governo era em si mesma mais uma ação política e transitória do que uma satisfação ao "movimento popular de reforma universitária" ou à crise permanente que continuava no seio do ensino superior.

É necessário ressaltar que essa decisão político-administrativa na área educacional deve-se à parte mais lúcida e esclarecida do liberalismo conservador do governo, no qual esse grupo de iluministas não era o poder hegemônico e nem o centro decisor. Esses dois documentos da política educacional apresentam características de uma *idéia de universidade* multifuncional, organicamente flexível e administrativamente racional, exigindo padrões de eficácia e efetividade institucional novos, em relação ao Padrão Brasileiro de Ensino Superior fossilizado.

Esses dois decretos-leis — nºs 53 e 252 — inspirados no modelo da Universidade de Brasília — UnB, associados ao Decreto nº 59.676 (de 6 de dezembro de 1966) que regula a Lei nº 4.881-A, ao Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação,

[16] Fernandes, Florestan. op. cit. p. 31.

que traça as diretrizes para a implantação dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e à Indicação nº 48/67 — construíram, na verdade, os parâmetros balizadores da política educacional que viria a ser implantada com a Reforma Universitária de 1968. "*Nestes documentos legais estão explícitos os princípios, as normas de organização e o funcionamento para as Universidades Federais que devem preservar a unidade do ensino e da pesquisa, assegurando a plena utilização dos recursos humanos e materiais, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. Pressupostos de toda a Reforma Universitária de 1968*" [17] e para a política de ciência e tecnologia que passou a ser executada pelos cursos de Pós-Graduação nas Universidades Brasileiras. Embora se afirme que "*chegou tardia a 'idade de ouro' da ciência no Brasil; para ser mais preciso, no início da década de setenta*".[18]

A Reforma Universitária começou, oficialmente, como proposta governamental, com a criação do Grupo de Trabalho, através do Decreto nº 62.937 (2 de julho de 1968), que fixou sua composição e lhe definiu a competência, as condições necessárias ao seu funcionamento e o prazo no qual deveriam estar concluídos os estudos e os projetos.

Iniciados os trabalhos a 10.7.68, o Grupo funcionou em regime de tempo integral, em subgrupos, com temário previamente elaborado. Os projetos de cada subgrupo eram, em seguida, submetidos a sessões plenárias. Os projetos aprovados eram harmonizados e coordenados. Deles resultou o *Relatório do Grupo de Trabalho*, que continha soluções concretas, a curto e longo prazos, consolidadas na forma de projetos de lei, de decretos ou recomendações precedidos de uma introdução geral onde se definiam princípios e se faziam exposições de motivos, relativas a cada projeto. O *Relatório* foi assinado pelo *Ministro Tarso Dutra* (que manteve uma conduta exemplar nesse momento histórico) e pelos seguintes integrantes do *GT: João Paulo dos Reis Veloso, Valnir Chagas, Newton L. Buarque Sucupira, Fernando R. do Val, João Lira Filho, Antonio Moreira Conceiro, Roque S. Maciel de Barros, Pe. Fernando B. de Ávila e Leon Peres.*

Há três esclarecimentos que devem ser adicionados a este relato. *Primeiro*: o GT, na primeira sessão plenária, tentou assegurar a "*participação*" dos estudantes em suas atividades. "Não obstante os esforços empreendidos", a participação dos estudantes, "considerada essencial pelo Governo e por todos os membros do Grupo", não ocorreu, embora prevista no decreto que criou o GT. *Segundo*: o Grupo entrevistou reitores, professores, pesquisadores, jornalistas e homens de empresa; todas as universidades foram solicitadas a apresentar sugestões sobre os problemas da reforma universitária; professores, organizações e associações de classe enviaram documentos para o GT. Mas, "*em virtude das limitações do prazo, as consultas não puderam ter a amplitude e a profundidade desejadas*".[19] *Terceiro*: o prazo: "*os estudos e projetos deverão estar concluídos dentro de 30 (trinta) dias após a*

[17] Fraga, M.D. da. *Universidade*: concepções, conceitos e projetos. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação — IESAE/Fundação Getulio Vargas, 1982. p. 73-4.

[18] Coelho, Edmundo Campos. op. cit. p. 78.

[19] Ministério da Educação e Cultura. *Reforma Universitária:* relatório do grupo de trabalho. Rio de Janeiro, MEC, 1968. p.11.

*instalação do grupo de trabalho, cujos encargos continuarão matéria de alta prioridade e relevante interesse nacional*".[20]

A não-participação da comunidade acadêmica, universitária e científica no GT deveu-se, de um lado, à reação natural contra o regime imposto e instalado (ditadura); e, de outro, à reação contra um projeto governamental que desconsiderava o processo das "Reformas de Base" do qual era originário e radicalmente diverso da Reforma Universitária" que se propunha desde o início dos anos 60.

Esse Grupo de Trabalho, composto por técnicos, educadores e cientistas de reconhecida competência e prestígio, produziu, em curtíssimo prazo e em condições político-sociais adversas, um conjunto de documentos de alto padrão técnico e científico que, embora não correspondesse à reforma universitária sonhada pelo ativo movimento de estudantes e professores dos anos 67 e 68, constituiu-se em um avanço para definir a Política para o Ensino Superior Brasileiro ao "*estudar a Reforma Universitária Brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País*".[21] O GT como um todo e seus componentes, individualmente, converteram-se em delegados dos detentores do poder que assumiram o governo através do golpe militar. Por mais respeitáveis que pudessem ser, os integrantes do Grupo, individual e coletivamente, haviam recebido um mandato de um governo ilegítimo e, politicamente, compactuaram com os círculos conservadores do poder que se aproveitaram de sua competência, capacidade técnica e até coerência política (de alguns), para obter, sobre o processo sócio-histórico do povo brasileiro, uma "Vitória de Pirro" em face dos anseios e aspirações mais legítimos da comunidade universitária e científica, que continuava pressionando politicamente os detentores do poder.

O que o *Grupo* produziu e viabilizou foi, na verdade, a *Reforma-Modernização do Sistema de Ensino Superior Brasileiro*. E, não, como se esperava, a Reforma da Universidade Brasileira. É certo que os condicionantes da situação política e do poder imposto podem, em grande parte, explicar o comportamento conservador que presidiu as atitudes de alguns membros do GT. Outras explicações podem ser baseadas numa certa heterogeneidade intelectual e numa falta de sincronia, entre os membros, na compreensão do que deveria ser a universidade no cenário brasileiro.

A idéia de universidade que perpassa os documentos é diversa do conceito idealista de universidade, do iluminismo alemão. Isto pode ser percebido nos documentos do Grupo. Talvez, quem sabe, como conseqüência direta da heterogeneidade, da coerência ou incoerência, das visões de universidade, da compreensão da situação histórico-sócio-cultural brasileira e dos compromissos políticos, individuais, dos membros do Grupo de Trabalho. No entanto, prevalece a "*idéia de universidade como obra do espírito*"[22] e como obra de continuidade dos atos político-administrativos dos gestores do Ministro da Educação nos anos anteriores.

[20] Decreto n. 62.437, de 10 de agosto de 1968, art. 3°.

[21] Decreto n. 62.937, de 10 de agosto de 1968, art. 1°.

[22] "*Os componentes do GT estavam conscientes de que a reforma de uma obra do espírito como a universidade, tão complexa em seu ser e nas suas operações e tão diversa em seus interesses e objetivos, não poderia consumar-se em esquemas de ação e funcionamento que lhe sejam (fossem)*

É necessário ressaltar que a "idéia de universidade" que presidiu os trabalhos do Grupo não se mostra imune às concepções de Rudolph P. Acton,[23] nem aos reflexos dos Acordos MEC-Usaid[24] e nem ao famoso "Relatório Meira Matos".[25] Os conceitos de *racionalidade, produtividade, eficácia, eficiência, efetividade* e *competitividade* do liberalismo econômico e empresarial, aplicados às instituições de ensino superior como parâmetros de avaliação e desempenho de professores, alunos e funcionários, são amostras evidentes das influências externas dos organismos internacionais e do pensamento desenvolvimentista do capitalismo concorrencial e da ideologia do desenvolvimento americano aplicada à Educação Superior Brasileira. Aliás, a "universidade para o desenvolvimento", numa relação-vínculo que não permite, politicamente, a existência da Universidade como entidade auto-identificada e autônoma, é uma das provas das pressões que não se restringem a estímulos e interferências dos grupos dominantes internos que empalmaram o poder através do golpe militar. Esta relação-vínculo é uma concepção imposta pelo pensamento do capitalismo monopolista e concorrencial que permitia a dependência científica e tecnológica e bloqueava as aspirações de autonomização da cultura e da independência política, não só institucional, mas, e principalmente, do próprio país. Esses "conceitos", "pressupostos" e "pensamentos" aparecem explícitos nos documentos da Reforma Universitária realizada. Portanto, de um modo ou de outro afetaram a "idéia de universidade" do GT que elaborou a Reforma Universitária de 1968.

No entanto, a idéia de *Universidade como obra de espírito* foi a que predominou nos documentos, consubstanciando-se, concretamente, em um "repertório de soluções realistas e medidas operacionais que permitiam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade".[26] O conceito/idéia de universidade "como obra do espírito" remete-nos à idéia de universidade assumida pelo idealismo filosófico alemão — Universidade de Berlim — com ingredientes conceituais da universidade clássica, originária da Idade Média. O que se percebe é um certo conservadorismo conceitual modernizado, em tudo e

*impostos.*" Essa afirmação peremptória do GT deixa transparecer as raízes do pensamento idealista e a influência do modelo alemão (como idéia) da universidade de Berlim, originário do idealismo de Kant, Hegel, Fichte, Schleiermacher e Humboldt. Por outro lado, indica certo "abstracionismo" que caracteriza o idealismo, ao definir como "obra de espírito" obras essencialmente nobres, concretas, reais e históricas, representativas do engenho humano e da criatividade das civilizações. Isto pode levar a crer que a universidade e outras instituições sociais têm uma aura de maior "espiritualidade" que não se aplica a outras criações do ser humano. Daí o entendimento de Florestan Fernandes ao acusar o GT de possuir uma "*Idéia Espiritualista de Universidade*", meio-alienada, meio-anistórica, meio-defasada e meio-descomprometida. Esse abstracionismo idealista, no entanto, constata-se, não "desejou" um tipo de Universidade engajada no processo de desenvolvimento proposto pelo governo vigente. (Verificar no *Relatório do GT*, p.15.)

[23] Atcon, Rudolph P. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira.* Rio de Janeiro, MEC/DES, 1966.

[24] Goertzel, Ted. *MEC/Usaid — ideologia do desenvolvimento americano aplicada à educação superior brasileira.* Caaso/USP, 1976.

[25] Ofício n. 28, de 8 de abril de 1968, ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura. *Assunto:* conclusão dos estudos da comissão especial (Relatório Meira Matos). MEC/Brasília, 1968.

[26] MEC/Sesu. op. cit. p.15.

por tudo aplicado à universidade. E, num entendimento mais crítico, pode-se afirmar que o conceito/idéia apresentado não é suficientemente dinâmico e não acompanha, evolutivamente, as mudanças das instituições dentro do processo histórico. Numa concepção mais modernizada, a intenção e a extensão do conceito seguem a lógica dinâmica da situação histórica e evoluem em sentido e significação, adaptando-se como estruturas mentais de compreensão do real. Daí por que a percepção da idéia de universidade "*como obra do espírito*" apresenta conotações e denotações que compreendem dimensões diferentes do espaço-tempo histórico, afigurando-se desenraizada e defasada em relação ao Brasil de hoje. Nada impediria que o GT tivesse modernizado mais o conceito, atribuindo-lhe, pelo menos, maior intensão, sugerindo que as instituições, em sua dinâmica interna, não podem fugir às mudanças e às transformações do processo histórico, adaptando objetivos, funções, estruturas e funcionamento ao momento e à época atual.

Talvez essa concepção restrita tenha levado o GT a avalizar e se dar por satisfeito com as inovações político-administrativas anteriores, como se pode depreender do § 2º do art. 8º do anteprojeto da lei: "*a organização das universidades mantidas pela União deve obedecer aos princípios e normas fixados nos Decretos-lei nºs 53, de 18 de novembro de 1966, e 252, de 28 de fevereiro de 1967*".[27]

A implantação da Reforma Universitária mostrou de fato que ela se constituía, na realidade, em uma *Reforma-Modernização do Sistema de Ensino Superior* e obedecia à concepção de uma universidade multifuncional, cujas funções objetivas eram atender às necessidades tecnológicas do projeto de desenvolvimento e produzir recursos humanos de alta qualificação para gerir esse tipo de processo de desenvolvimento econômico. Para isso era necessário que a instituição universitária se racionalizasse administrativamente, tivesse flexibilidade organizacional e alcançasse alto grau de produtividade (como qualquer empresa), baseando-se em critérios de eficiência, eficácia e efetividade com altas taxas de retorno.

É certo que a universidade-concreta, real e operacional, posteriormente "implantada" pelos governos militares, reduziu a idéia de Universidade "*como obra do espírito*" e jungiu a instituição a um tipo e projeto econômico de desenvolvimento que melhor podia ser servido pelas Escolas Superiores Isoladas, como demonstrou historicamente a expansão/explosão do ensino superior, principalmente o ensino superior privado/isolado. A orientação-sentido da Reforma Universitária para se "modernizar" em função das necessidades do capitalismo monopolista e concorrencial fica clara, ao se propor que o "setor educacional universitário" (mesmo público) tivesse uma produtividade e um rendimento subordinados a parâmetros econômicos: maximização dos investimentos e minimização dos custos e tempo, na formação de recursos humanos de alto nível. Esses parâmetros não eram novos. Vinham sendo impostos de fora para dentro desde 1956, quando surgiu a *Teoria do Capital Humano*, nos pólos cêntricos do capitalismo internacional, calculando as taxas positivas de retorno dos investimentos em educação.

Por outro lado, a idéia de Universidade "*como obra do espírito*" sofreu uma redução ao implantar a racionalidade, a flexibilidade, a agilidade e a unidade de

[27] MEC/Sesu. op. cit. Anteprojeto de lei, p. 60.

comando, em função do tipo de oferta, desprezando as racionalidades da demanda. Passou da dimensão do espírito para a lógica da produção; da lógica do espírito — que é a liberdade — para a lógica do poder, que é essencialmente a coerção. Esse reducionismo da dimensão da idéia da Universidade "*como obra do espírito*" levou ao centralismo administrativo e ao autoritarismo que ainda hoje caracterizam as instituições universitárias de ensino superior como redutos ditatoriais e tecnoburocráticos, o que está a merecer um estudo aprofundado sob a ótica da ciência administrativa.

Os avanços da Reforma Universitária — "*a não-duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes*" — através da extinção da cátedra, implantação da departamentalização, exigência do Ciclo Básico, adoção do sistema de créditos, matrícula por disciplina, exigência de um plano de carreira docente, vestibular unificado classificatório, etc. — precisam de análises crítico-avaliativas mais profundas e específicas para cada item. *Grosso modo*, constituíram-se em passos largos em direção à verdadeira Universidade. Os avanços — por falta de uma mentalidade universitária da própria comunidade, por escassez de recursos humanos e materiais ou pela incapacidade institucional — perderam-se ou desvirtuaram-se nos (des)caminhos da implementação da reforma. Mas, *pelos desvios, não se pode culpar o GT nem sua "Idéia Espiritualista de Universidade"*, identificada e definida por Florestan Fernandes, na obra já citada.

É importante realçar que o "*Relatório do GT contém, de longe, o melhor diagnóstico que o Governo já tentou, tanto dos problemas estruturais, com que se defronta o ensino superior, quanto das soluções que eles exigem; se a questão fosse de avanço 'abstrato', teórico ou verbal, os que participam dos movimentos pela reforma universitária poderiam estar contentes e ensarilhar suas armas.*"[28] O que se nota nos documentos do GT é uma defasagem entre o *diagnóstico* e a formalização jurídico-política-princípios e normas; e entre essa formalização e as soluções operacionais encontradas pelos governos para não implantar uma política definida de ensino superior. Enfim, o GT sancionou análises excelentes, mas recomendou soluções contraditórias, como, por exemplo, a criação de Centros Regionais de Pós-Graduação, de um Centro de Integração Universidade-Indústria ou a determinação de pôr término aos hospitais universitários. Isso mostra que o Grupo não tinha uma imagem comum da "*Idéia da Universidade como obra do espírito*", por um lado; por outro, mostra que a "Idéia Espiritualista de Universidade" (assim entendida por Florestan!) não correspondia à situação histórico-social brasileira.

A Reforma Universitária através da "abstrata", "teórica" e "verbal" idéia de Universidade *como obra do espírito* deixa transparecer a vinculação e o sentido político-ideológico que deve orientar a instituição para se tornar uma universidade para o desenvolvimento. "*Trata-se, portanto, de despojar o Estado brasileiro de estruturas e funções que colidam com o privatismo plutocrático e com os requisitos políticos do novo padrão de desenvolvimento econômico e cultural dependente, gerado pelas forças incontroláveis do capitalismo monopolista mundial*".[29] Isso

[28] Fernandes, Florestan. op. cit. p. 208-9.

[29] Fernandes, Florestan. op. cit. p. 126.

impulsiona o paternalismo, o "privatismo"e o particularismo, marcas históricas do Estado brasileiro, e alimenta o "privatismo" patrimonialista e senhorial do Brasil, na certeza de implantar e reforçar o "privado," o empresarial, o individual e o mercantil, na área do ensino superior. Esses princípios "liberalistas" (Bobbio) como bases da Política Educacional Superior transformaram o setor num "mercado livre", de lucros certos e de alta rentabilidade dos investimentos, ocasionando a explosão/expansão que caracterizou o período pós-reforma. Deve-se, no entanto, acreditar que a idéia de Universidade *como obra do espírito* não teve essas intenções e não previu esses desdobramentos.

A idéia de Universidade "*como obra do espírito*", expressa nos documentos da Reforma, encarava a universidade como obra do espírito humano, como uma das obras maiores da criatividade do homem. Via "*a universidade como centro criador de ciência*"; propunha "*a universidade como expressão mais alta da cultura de um povo*"; afirmava "*a universidade como poder espiritual*", e definia a universidade como elemento da "*tríplice dialética*" do jogo social, em que a Sociedade, o Estado e a Universidade desenvolviam suas forças internas e externas, numa contínua luta de contradições para uma superação do estado de conflito.

Ao determinar que "*o modelo de organização do ensino superior é a universidade*", e só em caráter excepcional (e como exceção) se admitiria a existência e criação de estabelecimentos isolados, atendia à idéia de Universidade "*como obra do espírito*" no seu sentido mais puro e encarava o tipo clássico da instituição como "*a estrutura natural do modelo de universidade*".

Ao corrigir e reforçar as relações ensino médio/ensino superior e ao criar os Ciclos Básicos e Profissional, o GT reforçava a "idéia espiritualista de Universidade", dando-lhe estruturas organizacionais e de funcionamento "como agente do ensino superior".

Ao tentar formar as grandes linhas da "filosofia do magistério universitário" ou "a filosofia da docência universitária" e implantar a "indissociabilidade de ensino e pesquisa", a Reforma retoma a definição da "nossa universidade" no veio da tradição de Berlim. Aí estão claras as tendências em definir a idéia de Universidade "*como obra do espírito*" como uma "Universidade viva e criadora".

Dentro dessa perspectiva de compreensão da "idéia espiritualista de Universidade", tão clara e tão límpida, pergunta-se: por que se constituiu em uma "Vitória de Pirro" do Governo sobre os "movimentos de base da Reforma Universitária"? A resposta é objetiva, mas complexa. O GT não produziu uma Reforma Universitária revolucionária, emancipatória e libertadora. Não alcançou a compreensão profunda e prospectiva da situação histórico-sócio-cultural brasileira. Não abandonou o tradicional comportamento conservador e o pensamento neoliberal esclarecido. Perdeu a oportunidade de fazer uma obra marcante, por falta de ousadia e agressividade. Mas, coerentemente, "*induziu e encaminhou a Reforma Universitária*", produzindo a única e verdadeira *Reforma-Modernização do Ensino Superior Brasileiro.*

## 3. *Comentários finais*

Um comentário necessário refere-se à possível "universidade nova", "universidade brasileira", "universidade necessária", idéia que não presidiu os trabalhos do Grupo. Desde logo reafirma-se que tal conceito de universidade só pode ser compreendido e aceito dentro da perspectiva de entendimento do que seja a situação histórico-social do Brasil como país dependente e periférico.

Essa perspectiva analítica e crítico-avaliativa pressupõe categorias analítico-metodológicas que escapam à visão conservadora e neoliberal, mesmo a mais lúcida e esclarecida, porque são posições político-ideológicas assumidas e comprometidas com um tipo de Projeto de Nação que exige gestos inovadores, emancipatórios e libertadores que ultrapassam a percepção costumeira do pensamento conservador. Implicam mais decisões políticas e formas de autonomização do que respostas a questões e problemas específicos.

Foi gratificante constatar que a idéia de Universidade "*como obra do espírito*" impôs-se nos documentos do GT, e que ela permeou atividades e documentos como idéia-base da Reforma Universitária de 1968. Mas ela mesma é apenas o *melhor* do pensamento conservador esclarecido e o *mais evoluído e puro* conceito de universidade tradicional da visão neoliberal.

A questão fundamental e básica é esta: como compreender a situação histórico-sócio-cultural do Brasil como país dependente e periférico de um sistema capitalista monopolizador e como ver a instituição *Universidade* no cenário da emancipação, da independência, da autonomização e da libertação de um povo? Para perceber a questão por esse prisma ideológico e político, torna-se necessário admitir desde logo a rejeição do *status quo* e a construção de um Projeto de Nação que rompa os laços de dependência e elimine, definitivamente, os nexos que não permitem a plena autonomização relativa da cultura.

Ora, uma Universidade Brasileira, nessa perspectiva, não pode ser "abstrata", "retórica", "verbal". Ela terá que ser, necessariamente, multi e plurifuncional, integrada, autônoma, crítica, criadora, viva, transformadora, produtiva e democrática. Isso implica atribuir à universidade funções e dimensões novas, além daquelas que tradicionalmente a instituição desempenha.

Num país subdesenvolvido, com indicadores sociais de crescimento político deprimentes, cabe à universidade, como instituição do saber, do conhecimento e da ciência, um papel político para desempenho da função emancipatória inerente ao espírito e à utilidade prática da ciência. É um papel político e uma função libertadora. Se o caráter emancipatório é inerente ao espírito, ao saber e à ciência, não se compreende que a instituição científica abdique de seus papéis e suas funções na situação histórico-social do país em face do projeto de Nação a construir. As reflexões-estudo da Escola de Frankfurt indicam que uma universidade tem que ser revolucionária, transformadora, emancipatória, política e ideológica para que, através da produção científica e da tecnologia gerada, liberte a sociedade das relações de dependência e a conduza à autonomização relativa que lhe cabe no sistema capitalista internacional. Essa dimensão política e libertadora, implícita na idéia de Universidade "*como obra do espírito*", implica a emancipação do espírito (mas não

só dele, mas de todas as condições materiais e concretas de existência de um povo). Ora, isso não mereceu atenção especial do GT. Havia que enfatizar e determinar que "a Universidade como obra do espírito" tem um papel a desempenhar na política de libertação de uma Nação. Cabe-lhe, portanto, lançar-se à investigação criadora e à produção de conhecimentos sobre a realidade concreta de uma sociedade, com vistas à autonomização da cultura, da ciência, da tecnologia e do padrão de vida das pessoas e das instituições. Em razão disso, e para corrigir a defasagem científico-tecnológica entre "sociedades" internas e externas, havia que dotá-las de recursos humanos, materiais, organizacionais, financeiros, políticos, democráticos, descentralizadores e compromissados com a superação da atual situação histórico-social. Isso implicava implantar uma Política Específica para as Universidades e uma Política de Ciência e Tecnologia de caráter libertário e emancipatório.

Um outro comentário, derivado da compreensão da situação sócio-cultural e da história como processo, refere-se ao ente social — a Universidade — sob dois ângulos diferentes. *Primeiro*: a Universidade, como instituição social, possui um dinamismo institucional característico de suas múltiplas funções e de sua ação multiplicadora. Como tal, não há por que concebê-la unicamente nos estritos limites organizacionais e funcionais que lhe atribuíram no passado. Como ente, nasce, cresce e se transforma, adquirindo novos dinamismos e funções sociais. Esse aumento da dimensão social da Universidade não foi explorado pelo GT, quando lhe atribuiu poderes terapêuticos para curar as sociopatias do sistema educacional. Por exemplo: deveria tê-la imposto como *modelo único* dos estabelecimentos de ensino e pesquisa em nível superior. Cortaria pela raiz os privilégios, os *status*, as benesses e as interferências, inerentes ao "Padrão Brasileiro de Ensino Superior", que seria, automaticamente, eliminado. Por outro lado, acabaria como o "mercantilismo de cuspe e giz" e com as "escolas de ensino superior" e as "faculdades" isoladas. Se mais arrojado fosse, o GT teria criado o quarto grau de ensino do sistema educacional brasileiro e deixaria o terceiro grau ou ensino superior com o conjunto de estabelecimentos isolados (faculdades), dedicados à formação profissional superior. Ao quarto grau caberia, prioritariamente, a produção científica e tecnológica, reforçando e aprofundando mais a pós-graduação e elevando o nível e a qualidade da graduação. Esses incentivos à dinâmica interna da instituição universitária corrigiriam as sociopatias históricas do sistema e impulsionariam o avanço da Universidade, como instituição do saber, da ciência e da tecnologia, vivificando as instituições sociais através do efeito multiplicador de sua ação. *Segundo*: à Universidade, como instituição dinâmica do corpo social, são atribuídas missões: 1. "A missão cultural" — transmissão e conservação do saber, da cultura e dos valores; 2. "A missão investigadora" — incremento, progresso e fomento às atividades do espírito, ampliando o campo dos saberes e do conhecimento humano (e aqui não se deve restringir aos saberes tradicionais; deve-se alargar suas visões de mundo e realidade); 3. "A missão técnico-profissional" — como fundadora de recursos humanos estratégicos de *alto nível* e como centro irradiador de tecnologias; 4. "A missão social" — como fator dinâmico e transformador do estilo e do padrão de vida de um povo; não só como impulso à elevação do nível intelectual e do progresso na evolução cultural da sociedade, mas, concretamente, como centro criador de

projetos alternativos de vida para um país subdesenvolvido, dependente e periférico. Essa função social não foi de todo desprezada pelo GT, mas, ao vincular a Universidade ao projeto econômico de desenvolvimento, esqueceu de lhe atribuir o papel fundamental de instituição a serviço dos "excluídos" e dos "despossuídos" que, segundo Sérgio H. Abranches, são aproximadamente 75% da população brasileira. Uma Universidade com função social é uma Universidade comprometida, política e ideologicamente, com a emancipação, a redenção e a liberdade de um povo. Nossa esperança é que *"as revoluções científicas e tecnológicas tendam a engendrar seus próprios modelos de Universidade"*,[30] comprometidos e compromissados com alternativas à situação histórico-sócio-cultural do povo brasileiro.

Com esses comentários finais, encerra-se um estudo-análise da Reforma Universitária de 1968 que encaminhou e induziu todos nós a sonhar e construir *A Universidade Brasileira.*

*Summary*

THE IDEA OF UNIVERSITY IN THE REFORM OF HIGHER EDUCATION

This article exposes the historic and socio-cultural situation of the Reform of Higher Education (Reforma Universitária), promoted in 1968. It identifies the concept of the institution of university orienting the action of its Working Group (Grupo de Trabalho — G.T.) and describes analyses and criticisms offered by some authors about the suggested approaches.

Taking into account and respecting the high scientific, academic and technical level of the G.T. members, this presentation did not attempt to qualify the Reform proposed, but wishes only to be seen as a contribution to the critical study of the Reform of Higher Education of '68 (Act. n. 5.540, of November 11, 1968).

[30] Fernandes, Florestan. op. cit. p. 250.